



PORTARIA Nº 002/2026 – SMT

Dispõe sobre o prazo e os procedimentos para apresentação de atestado médico e registro de faltas não justificadas no âmbito da Superintendência Municipal de Trânsito de Luziânia – SMT.

O Superintendente Municipal de Trânsito de Luziânia, nos termos da Lei Municipal nº 3.119/2008, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Luziânia, especialmente quanto aos deveres funcionais, à assiduidade e à disciplina dos servidores, e da Lei Municipal nº 4.464/2022, que instituiu e regulamentou a Superintendência Municipal de Trânsito de Luziânia, conferindo ao Superintendente competência para expedir normas internas e regulamentar procedimentos administrativos, e considerando a necessidade de padronizar os procedimentos relativos à apresentação de atestados médicos

RESOLVE:

Art. 1º A ausência do servidor ao serviço por motivo de saúde somente será considerada justificada quando acompanhada de atestado médico válido, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º O atestado médico deverá ser apresentado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do primeiro dia de afastamento do servidor.

Art. 3º O atestado médico deverá conter, obrigatoriamente:

I – identificação do servidor;

II – período de afastamento recomendado;

III – assinatura e carimbo do profissional emitente, com número do registro no respectivo conselho de classe;

IV – data de emissão.

Art. 4º O atestado deverá ser entregue ao setor administrativo da SMT, por meio físico ou eletrônico, conforme orientação interna.



Art. 5º A não apresentação do atestado médico no prazo estabelecido, ou a apresentação em desacordo com esta Portaria, acarretará o registro da ausência como falta injustificada, sujeitando o servidor aos efeitos legais e administrativos cabíveis, inclusive desconto em folha, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

Art. 6º As ausências não justificadas, seja por não apresentação de atestado, seja por qualquer outro motivo não amparado pela legislação, serão igualmente registradas como falta injustificada.

Art. 7º Os casos omissos serão analisados pela Superintendência Municipal de Trânsito-SMT, à luz da legislação vigente.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, aos 14 dias do mês de janeiro de 2026.

MARCELO LEMOS DE ASSIS
Superintendente